

Matadores de Marçal julgados na 2ª

CIMLMS. DOURADOS
FONTE: CORREIO DO ESTADO
DATA: 25/03/93 PÁG. 07
CIDADE: DOURADO GRANDE UF: MS

896

Ponta Porã (Do Correspondente) — Está praticamente tudo preparado para o julgamento do fazendeiro Líbero Monteiro de Lima e seu capataz, Rômulo Gamarra, na próxima segunda-feira, no plenário da Câmara Municipal. Os dois principais acusados da morte do líder indígena Marçal de Souza vão ter segurança especial durante todo o juri. Para tanto, todo um efetivo da Polícia Militar será destacado para o julgamento, que começa às 13h30.

De acordo com o juiz Jairo Roberto de Quadros, somente terão acesso ao plenário do Legislativo pessoas credenciadas pela Justiça. O credenciamento vem sendo feito pelo próprio juiz como forma de não permitir uma superlotação no local. Ele disse ainda que será instalado um telão do lado de fora do prédio para que as pessoas que conseguirem entrar possam acompanhar o julga-

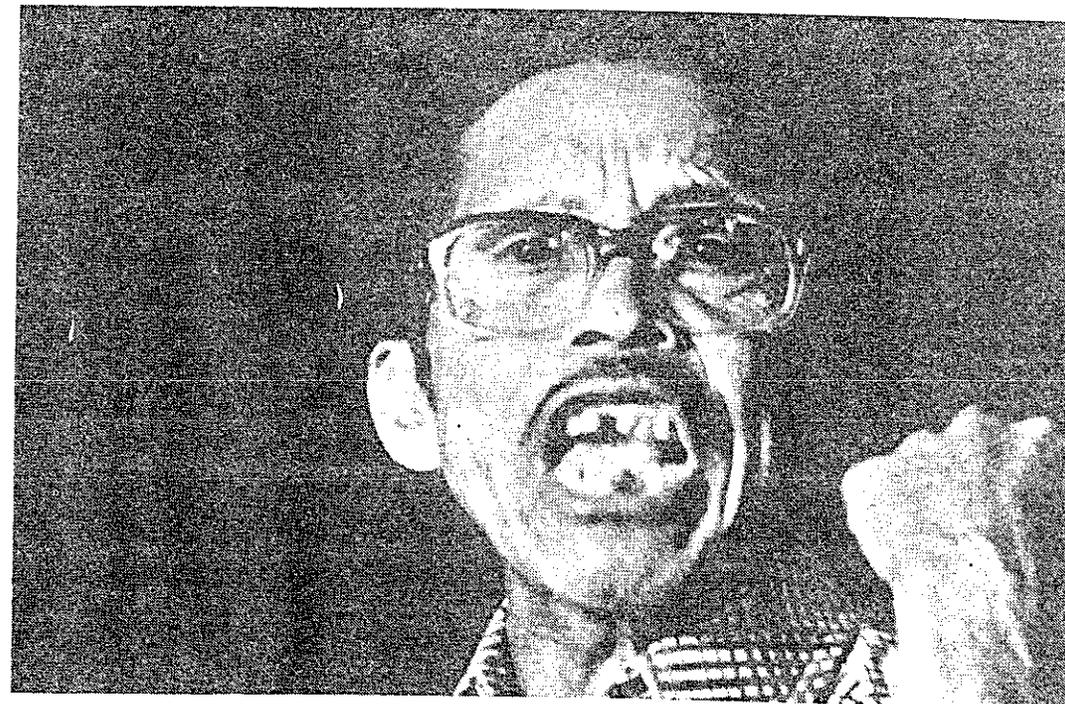
mento, que será transmitido através de um circuito interno de TV. “O julgamento é público e a instalação do telão visa a demonstrar a transparência do juri”, disse. O juiz acredita que o julgamento deve terminar no mesmo dia.

O crime

O fazendeiro Líbero Monteiro de Lima e o capataz Rômulo Gamarra são acusados de terem assassinado em 1.983, o líder indígena Marçal de Souza. “Tupá-i” (Deus pequeno) nasceu em Dourados e era líder das nações indígenas do Sul do Estado. Ele sofria constantes ameaças por ter recusado um subordo de Cr\$ 5 milhões, na época. O dinheiro seria para que índios Kaiowás, da aldeia Pirakuá, no município de Antonio João, saíssem das terras que o fazendeiro Líbero Monteiro de Lima reclamava como pertencentes e uma de suas fazendas, a Serra Brava.

O assassinato aconteceu no dia 25 de novembro de 1983. Um dos cinco projéteis que mataram Souza saiu da arma pertencente a Rômulo Garra. O capataz fugiu e se encontra desaparecido. Os organismos de defesa dos direitos humanos de vários países pressionaram o governo para que os culpados fossem julgados. Após muita controvérsia sobre qual órgão seria responsável pelos autos — Ministério Público ou Tribunal Federal — a promotoria ofereceu denúncia contra o fazendeiro, em 1988.

O juiz Luiz Carlos Saldanha Rodrigues pediu a exumação do cadáver em 1990, a fim de sanar dúvidas. Outros suspeitos de envolvimento no assassinato ficaram livres da denúncia, como Isaías da Rocha, Faustino da Silva e Paulo Ronaldo Dourado da Costa, ex- investigador da Polícia Civil e guarda costas do fazendeiro.



Justiça praticamente concluiu preparativos para julgamento de matadores do líder indígena